

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS (2000-2010): RESULTADOS**Bernardo Alves Furtado**

Diretor Adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea

O objetivo deste texto é apresentar, de forma imediata, mas também precisa e especialmente detalhada, a situação de vulnerabilidade das famílias brasileiras a partir dos microdados da amostra dos censos demográficos de 2000 e 2010 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta forma, atualiza-se e avança-se no conteúdo publicado no texto intitulado *Índice de vulnerabilidade das famílias: atualização (2003-2009) e recortes geográficos* (Furtado, 2012), que construía índice similar utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), menos precisos espacialmente. Com os resultados apresentados, espera-se oferecer aos gestores públicos, em específico, e a pesquisadores e ao público em geral, material de acesso e referência ao conjunto – por vezes, complexo e inacessível – de inferências possíveis a partir dos questionários dos microdados da amostra dos censos.

A metodologia utilizada para construção de indicadores sintéticos está fartamente descrita na literatura anterior e segue a proposição inicial de Barros e Foguel (2007). Basicamente, a partir da construção de indicadores que denotam presença ou ausência de vulnerabilidades, agregam-se seis dimensões de análise, então reunidas no índice geral, que pode ser descrito para o país, os estados, os municípios e as áreas intraurbanas. Neste caso, a vulnerabilidade – ou capacidade de resposta (socioeconômica) a eventos fortuitos – é medida em termos de limiares. Dado o aspecto específico da realidade de cada família, avalia-se, com base na experiência e literatura anteriores, a sujeição ou não à vulnerabilidade. Por construção, por exemplo, tem-se que famílias com mais idosos, bebês ou nascentes são mais vulneráveis. Também o são famílias nas quais mais da metade dos adultos estão desocupados ou recebem salários abaixo das linhas de pobreza e/ou extrema pobreza. Desta forma, constroem-se os 49 indicadores, agregados em

seis dimensões, que retratam a vulnerabilidade das famílias na grande maioria das informações coletadas e disponibilizadas pelos censos. De outra forma, o resultado pode ser lido como uma interpretação rápida do cruzamento de milhares de questionários e perguntas disponibilizados aos leitores.

A crítica que se faz aos indicadores sintéticos, descrita em mais detalhes no texto anterior (Furtado, 2012), não procede neste caso, pois o indicador pode ser visto em sua forma reduzida, mas também – e é o que se faz – pode ser analisado de forma desagregada. Neste sentido, tome-se como exemplo a tabela que caracteriza as 27 Unidades da Federação de acordo com cada uma das seis dimensões de análise, compondo, assim, 162 resultados distintos. Os resultados indicam que a vulnerabilidade das famílias brasileiras no período recuou em média 20%. Este comportamento, todavia, é heterogêneo entre as dimensões analisadas, seus indicadores, as regiões e os estados do país. É exatamente na identificação desta heterogeneidade dos efeitos percebidos na década que se encontra a contribuição do texto. Além disto, ressalte-se que os microdados da amostra do censo representam os resultados da pesquisa com melhor qualidade espacial no Brasil e que só é realizada decenalmente. As outras pesquisas se limitam a grandes porções do território. Daí, a importância de se conhecer a fundo seus resultados.